

# UMA POLÍTICA DE DEFESA SUSTENTÁVEL PARA O BRASIL

EDMUNDO S. FUJITA

Em seus quase 500 anos de existência, foram relativamente poucas as ocasiões em que o Brasil teve de enfrentar um conflito de grandes proporções e, nos últimos 130 anos, quase não sofreu agressão externa alguma. Essa excepcional circunstância histórica permitiu a conformação de uma mentalidade de defesa voltada predominantemente para valores pacíficos e a configuração das forças armadas dentro de dimensões contidas.

Com efeito, o efetivo militar total do país é de 293 mil pessoas, estando 200 mil no Exército, 50 mil na Marinha (inclusive 15 mil fuzileiros navais) e 43 mil na Aeronáutica. O orçamento militar total se situa abaixo do nível de 2% do Produto Interno Bruto, o que representa um dispêndio de menos de cem dólares por habitante. Para um país com uma população de cerca de 160 milhões de pessoas e um território de 8,5 milhões de km<sup>2</sup> (equivalente a quase metade de toda a América do Sul), deve-se admitir que as cifras são comparativamente modestas. Mesmo durante o regime militar, o orçamento das Forças Armadas foi mantido em patamares consentâneos com as prioridades do desenvolvimento nacional no campo civil.

Historicamente, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica evoluíram de forma independente em resposta a circunstâncias e necessidades militares específicas. O Exército forjou sua unidade durante a invasão holandesa; a Marinha se consolidou durante a Guerra da Independência; e a Força Aérea nasceu da fusão das Aviações Naval e Militar à época da Segunda Guerra (1941). Embora em seu conjunto sejam designadas como Forças Armadas, corporativamente elas se constituem em Forças Singulares e buscam zelosamente manter tal singularidade. Esse tipo de percepção dificultava, até recentemente, o desenvolvimento de uma concepção integrada de defesa baseada numa estratégia combinada para seu preparo e emprego.

Em novembro de 1996, o Presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou, pela primeira vez na história do país, uma Política de Defesa Nacional para amplo conhecimento da sociedade brasileira. Esse evento constituiu um importante marco na evolução do pensamento estratégico nacional, tanto em termos políticos quanto militares. Do ângulo político, sinalizou que as considerações sobre defesa não se devem restringir a círculos especializados, mas envolver também a sociedade como um todo através de uma discussão informada, transparente e democrática. Do ponto de vista conceitual, significou o amadurecimento de uma reflexão estratégica conjunta por parte dos setores civis e militares concernentes, resultando numa convergência de perspectivas frente às importantes transformações em curso

nas cenas nacional, regional e mundial.

## O QUADRO INTERNACIONAL

No plano internacional, as dramáticas alterações ocorridas na equação estratégica global com a dissolução da União Soviética erodiram os parâmetros que vinham orientando as considerações políticas e militares dos estrategistas. O fim da guerra fria significou o esmaecimento da lógica bipolar que, apesar de seu reducionismo simplista, proporcionava uma certa previsibilidade acerca do comportamento dos principais atores. Com a emergência de novas áreas de fluidez e incertezas, assim como a ressurgência de antigos focos de tensões, o mundo passa a ter de buscar reconfigurações sistêmicas que possam acomodar as novas realidades.

O colapso da União Soviética serviu também para patentear a importância de se manter numa perspectiva equilibrada o fortalecimento da segurança dos estados com a consecução do bem estar das sociedades. As distorções políticas e econômicas que resultaram da carreira armamentista e do confronto ideológico em âmbito global deixaram pesadas heranças para populações inocentes. Basta ver o vulto dos recursos necessários para os programas de reestruturação econômica em muitos países que serviram como peões no tabuleiro estratégico bipolar, notadamente em tarefas como reconversão dos dispositivos militares e desminagem das antigas áreas de conflito. Os ansiados dividendos da paz se revelaram, em muitos casos, custosas hipotecas sobre a reconstrução nacional. Torna-se, assim, urgente a identificação de novos paradigmas de desenvolvimento, tanto quanto de novas estruturas de segurança.

Com o fim da bipolaridade, parece estar emergindo um padrão mais difuso no sistema internacional. A hegemonia unipolar dos Estados Unidos em termos estratégico-militares coexiste com configurações multipolares variadas nos diferentes planos regionais e sub-regionais. Seja em termos políticos, seja econômicos, o processo de globalização está evoluindo concomitantemente com numerosos processos de regionalização e fragmentação. Em certos casos, esses dois últimos parecem estar ocorrendo até mesmo como uma resposta ao primeiro. Enquanto alguns analistas observam que a globalização estaria solapando a soberania dos estados, outros argumentam que a regionalização seria um modo de reforçar o papel do estado através de novas formas de articulação estratégica no plano internacional. A fragmentação poderia ser uma consequência da incapacidade do estado em se adaptar seja à globalização, seja à regionalização.

Internamente, o Brasil está vivendo uma fase sem precedentes de consolidação democrática e reestruturação econômica. Com o fim do regime militar em 1985 e o êxito do plano de estabilização introduzido em 1994, o Brasil está em condições, pela primeira vez em décadas, de pensar e discutir políticas de desenvolvimento de longo prazo num ambiente inteiramente democrático. Ademais, o fortalecimento de regimes igualmente democráticos em outros países latino americanos contribuiu também para o desenvolvimento de relações mais fluidas e cooperativas com nossos vizinhos nas mais diversas esferas.

Essas tendências políticas e econômicas positivas, quer em termos nacionais, quer regionais, foram relevantes para a moldagem da Política de Defesa Nacional divulgada em novembro de 1996. A normalização do relacionamento entre civis e militares no contexto de uma sociedade plenamente democrática e o aprofundamento da integração econômica com os países vizinhos, em particular no Mercosul proporcionaram ao país uma oportunidade ímpar para a consolidação da paz, confiança e cooperação em âmbito hemisférico.

## O QUADRO HEMISFÉRICO

De uma perspectiva brasileira, o Hemisfério Ocidental constitui uma moldura geoestratégica onde diferentes realidades espaciais interagem, nem sempre de forma sinérgica, com complexos processos políticos, econômicos e sócio-culturais. Um determinado contexto geográfico pode unir ou, ao contrário, contrapor, países vizinhos ao servir de pano de fundo para distintos níveis de interfaces entre atores estatais e não-estatais, quer cooperativos, quer conflitivos. Diferentemente do plano pessoal, os países nem sempre podem escolher seus amigos ou sua vizinhança.

Obviamente, a presença dos Estados Unidos no espaço continental, com todo seu peso político e militar, constitui o dado geopolítico fundamental do Hemisfério Ocidental. A preeminência norte americana se dá até mesmo por omissão, uma vez que, no contexto de suas responsabilidades globais após a Segunda Guerra, Washington dedicou prioridade apenas secundária à América Latina. Suas iniciativas importantes na região se deram sobretudo no quadro da política de contenção do comunismo, como atestam os diversos casos de intervenções, ostensivas ou veladas, nos países ao sul do Rio Grande. Tais considerações permitem colocar em perspectiva o complexo processo de aproximação e distanciamento ocorrido entre os Estados Unidos e os estamentos militares latino americanos ao longo das últimas décadas, período em que a agenda norte americana oscilou entre o apoio a regimes militares anti-comunistas e o proselitismo de concepções acerca de direitos humanos e controle civil sobre os militares.

Agora, com o fim da guerra fria, as considerações econômico-comerciais parecem estar ganhando espaço crescente na ótica norte americana vis-à-vis a América Latina. O estabelecimento do Nafta foi, de certa forma, um reconhecimento por parte de Washington de que as condições econômicas e sociais de seus vizinhos eram relevantes para sua própria estabilidade interna. A Alca constituiria uma tentativa de resposta norte americana a uma possível segmentação dos mercados mundiais entre mega-blocos nos diferentes continentes.

Entretanto, não se deve perder de vista que a idéia de Hemisfério Ocidental é sobretudo uma designação geográfica de uma área que engloba distintas regiões e sub-regiões, nem sempre maleáveis a um enfoque generalizador. Dentro desse espaço, subsumem-se outros conceitos espaciais tão específicos ou fluidos como América do Norte, América Central e Caribe, América do Sul, América Latina, América Amazônica, Andina ou Platina.

Apenas a título de ilustração, deve-se lembrar que a América do Norte é composta de diferentes comunidades como a anglo-saxônica, francófona, hispânica,

indígena, africana e asiática. Ademais, muitos desses conjuntos étnico-culturais coexistem, nem sempre de forma harmoniosa, em condições de primeiro, segundo e terceiro mundos. No plano nacional, os Estados Unidos e o Canadá são países industrializados, parte do grupo dos países economicamente mais avançados (G-7), enquanto o México, em que pese sua participação no Nafta e na Ocede, ainda convive com complexas contradições sócio-econômicas e culturais.

A América Central e o Caribe constituem igualmente um cadinho de etnias e culturas, onde as heranças indígena, africana, hispânica, francesa e britânica ora intersectam, ora tangenciam umas com as outras. A complexidade do quadro sub-regional é acentuada pelos múltiplos problemas sócio-econômicos e políticos, onde se mesclam explosivamente problemas como narcotráfico e migrações ilegais, além da situação peculiar de Cuba.

Por sua vez, a aparente quase-homogeneidade linguístico-cultural da América do Sul, com sua herança ibérica, mascara importantes especificidades de formação e desenvolvimento nacionais. Os diversos fluxos migratórios europeus, africanos e asiáticos interagiram de maneiras distintas com as populações nativas e seus entornos, resultando em diferentes processos históricos de assimilação ou integração. Na faixa equatorial temos uma América Amazônica; a oeste temos a América Andina faceando o Pacífico; a sudeste temos a América Platina e o Cone Sul e a leste a América Sul Atlântica.

Esta rápida visão panorâmica permite ilustrar quão diversificada e assimétrica é a composição geopolítica do hemisfério. Do mais poderoso ator político em termos globais até o país menos desenvolvido, o espaço americano abriga matizes e densidades multifacetadas em sua composição. Arquipélagos de afluência pós-moderna ainda coexistem com amplos mares de desigualdades sociais em termos de educação, renda e distribuição fundiária. O esmaecimento das tensões bipolares tornou mais evidente os focos de instabilidade localizados nas diversas regiões e subregiões, muitas vezes sob forma de ameaças transfronteiriças por parte de atores não-estatais, como narcotraficantes e bandos armados extremistas.

A concepção da Política de Defesa Nacional procurou levar em consideração todos esses fatores variáveis e imponderáveis, tanto no âmbito regional quanto nacional, para extrair as conclusões estratégicas mais apropriadas para assegurar uma segurança sustentável para o país.

## O TEATRO ESTRATÉGICO DA AMÉRICA DO SUL

No contexto hemisférico, a América do Sul tem sido uma região relativamente livre de grandes conflagrações e, graças à sua posição periférica no confronto Leste-Oeste, não se viu envolvida na política dos grandes blocos militares. O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar), firmado após a Segunda Guerra para repelir agressões extra-continentais, nunca chegou a ser seriamente considerada como uma contrapartida sul-atlântica para a Otan. Na única oportunidade em que foi invocada pela Argentina, na esteira da guerra das Malvinas, ficou patenteada sua inoperabilidade como mecanismo de defesa hemisférica.

Se compararmos os dispêndios militares na Europa, Ásia e Oriente Médio

ao longo do período da guerra fria e mesmo depois, a América do Sul se sobressai como um dos espaços geopolíticos menos armados do globo. Mesmo as rivalidades regionais, reais ou imputadas, têm sido circunscritas dentro de limites administráveis através de mecanismos de mediação e fortalecimento de confiança de iniciativa dos próprios países da região. O aprofundamento dos processos de democratização e integração econômica ajuda a reduzir em grande medida as probabilidades de conflitos armados entre os estados sul americanos.

Um país como o Brasil, que tem fronteiras terrestres de mais de 16 mil quilômetros com dez países vizinhos e uma plataforma continental, mais zona econômica exclusiva, de cerca de 4,5 milhões de quilômetros quadrados no Atlântico Sul, tem necessariamente de levar em conta as diversificadas condições sub-regionais na concepção de sua defesa. Convivemos com nossos vizinhos em entornos tão variados quanto a bacia Amazônica, a bacia do Prata, a projeção do Cone Sul e o corredor Sul Atlântico, todos de evidente valor geoestratégico. Cabe lembrar ainda a crescente relevância do Centro-Oeste brasileiro, que está emergindo como um importante núcleo articulador da integração física sul americana.

Essa variedade de situações leva necessariamente o Brasil a uma inserção regional múltipla. Como sublinhado na Política de Defesa Nacional, nosso perfil – ao mesmo tempo continental e marítimo, equatorial, tropical e subtropical – de um lado nos confere profundidade geo-estratégica e, de outro, torna mais complexa a tarefa de um planejamento geral para a defesa, demandando tanto uma política integrada quanto abordagens específicas para os diferentes cenários.

Um importante aspecto da orientação estratégica brasileira consagrada na Política de Defesa Nacional é a combinação de uma vertente preventiva, centrada na valorização da ação diplomática, com uma vertente dissuasória, baseada numa capacidade de defesa compatível com a estatura político-estratégica do país. Nesse contexto, a política externa brasileira tem priorizado o estreitamento de relações amigáveis e cooperativas tanto com os países vizinhos, quanto com parceiros em outros continentes, na busca concomitante de sua inserção global e regional.

Concretamente, o Brasil tem mecanismos e instrumentos de cooperação com diversos grupos de países que lastreiam sua diplomacia de paz em seu entorno estratégico. A consolidação e aprofundamento do processo de integração no âmbito do Mercosul constitui, a esse respeito, um marco fundamental da ancoragem regional do país, propiciando-nos maior peso específico como atores deliberantes no sistema internacional. Ademais, nosso relacionamento harmonioso com os vizinhos amazônicos no âmbito do Tratado de Cooperação Amazônica, com os países-irmãos lusófonos integrantes da Comunidade de Países de Língua Portuguesa e com os vizinhos transatlânticos da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul completam a conformação de um verdadeiro “anel de paz” em torno do país, valorizando nossa projeção regional e extra-regional.

Reforçando, ademais, nossa contribuição para o fortalecimento da paz e segurança internacionais, o Brasil tem atuado construtivamente para consolidar os regimes internacionais que objetivam a não proliferação e a eliminação de armas de destruição em massa, como o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, o Tratado de Tlatelolco, a Convenção para eliminação das armas químicas e a Con-

venção para o banimento total dos testes nucleares, além de participar de arranjos para controle de exportação de itens sensíveis como o Grupo de Fornecedores Nucleares (NSG) e o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR).

Entretanto, apesar dos entornos regional e internacional favoráveis, o país não está imune a ameaças externas. Focos de instabilidade localizados ou difusos podem afetar os interesses nacionais e até mesmo trazer repercussões desestabilizadoras para áreas de fronteira. Em particular, atividades ilícitas transfronteiriças, como narcotráfico e movimentos extremistas, podem vir a se constituir em potenciais ameaças à soberania e integridade nacionais. Assim, a Política de Defesa Nacional enuncia os seguintes objetivos como prioridades para a segurança do país:

a) a garantia da soberania, com a preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais;

b) a garantia do Estado de Direito e das instituições democráticas;

c) a preservação da coesão e da unidade da Nação;

d) a salvaguarda das pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros ou sob jurisdição brasileira;

e) a consecução e a manutenção dos interesses brasileiros no exterior;

f) a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção no processo decisório internacional; e

g) a contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacionais.

Ao mesmo tempo, para reiterar a natureza fundamentalmente pacífica da postura de defesa do país, a Política de Defesa Nacional explícita as premissas básicas em que ela se baseia:

- fronteiras e limites perfeitamente definidos e reconhecidos internacionalmente;

- estreito relacionamento com os países vizinhos e com a comunidade internacional em geral, baseado na confiança e no respeito mútuos;

- rejeição à guerra de conquista; e

- busca da solução pacífica de controvérsias, com o uso da força somente como recurso de autodefesa.

Por fim, para dar expressão mais concreta para a implementação dos objetivos da Política de Defesa Nacional, o documento elencou uma série de diretrizes que, sem terem caráter exaustivo, visou a balizar algumas das principais metas consideradas para o fortalecimento da defesa do país. Dada a natureza multissetorial da concepção de defesa nacional, que busca envolver a participação tanto dos segmentos militar e civil do governo, quanto do estado e da sociedade como um todo, essas diretrizes contemplam diferentes planos de atuação. Elas vão desde a participação ativa na construção de uma ordem internacional que propicie a paz e o desenvolvimento sustentável, até a preocupação com regiões mais vulneráveis dentro do país, como a Amazônia e faixas de fronteira, e o fortalecimento da infraestrutura nacional e da pesquisa científica e tecnológica.

## ALGUNS CENÁRIOS PARA A DEFESA NACIONAL

Tendo como documento de referência básica a Política de Defesa Nacional, os setores concernentes dentro das Forças Armadas têm procurado aprofundar as reflexões sobre as estratégias decorrentes, frequentemente em consulta com estudiosos civis do governo e da academia. Logo após a divulgação da Política de Defesa Nacional, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa da Câmara dos Deputados realizou audiência pública no Congresso Nacional para debater o teor do documento. Participaram do encontro funcionários civis e militares do alto escalão do governo, que expuseram aos parlamentares, jornalistas e acadêmicos presentes os fundamentos da nova política. Entre críticas e elogios, todos os debatedores convergiram em reconhecer a importância e a oportunidade do documento, como fator motivador de uma discussão mais aberta e ampla entre civis e militares sobre o tema da defesa nacional. Em 1997, o Estado Maior do Exército promoveu um debate sobre a nova concepção estratégica da força terrestre, convidando diversos especialistas civis para uma avaliação crítica das suas formulações. Nesse mesmo ano, a Marinha realizou igualmente um estudo sobre cenários prospectivos em sua área de atuação, balizando suas avaliações nas opiniões de amplo grupo de peritos civis. Em ambos os casos, houve claro interesse em se ampliar o diálogo com setores civis, com vistas a proporcionar maior transparência e sustentabilidade às preocupações sobre defesa.

Mais recentemente, no IV Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, realizado em Campinas em maio de 1998, os responsáveis pelo setor de estratégia das Forças Singulares e do Estado Maior das Forças Armadas fizeram, pela primeira vez, a apresentação de uma visão integrada de defesa combinada perante o público brasileiro e estrangeiro presente. A nova concepção da estratégia militar brasileira constituiu um importante desdobramento das orientações da Política de Defesa Nacional e proporcionará significativo embasamento para a operacionalização das forças combinadas no futuro Ministério da Defesa.

Contrariamente à abordagem tradicional de se conceber “hipóteses de conflito” contra um inimigo X, Y ou Z, a tendência crescente entre estrategistas militares e civis vem sendo a percepção de que a defesa moderna deve basear-se na flexibilidade e eficácia de emprego, mormente num contexto de ameaças indefinidas e recursos limitados. Outra importante consideração, que perpassa a Política de Defesa Nacional, é de que uma estrutura de defesa viável tem de ser sustentável no longo prazo. Isso significa que se deve alcançar um equilíbrio adequado entre as necessidades de segurança militar e as prioridades do desenvolvimento econômico e social do país, uma vez que o êxito nos esforços de defesa deve estar baseado não apenas no poderio militar do país mas também no firme suporte lastreado nos corações e nas mentes de seus cidadãos.

Tendo em vista a situação geoestratégica do Brasil descrita nas páginas precedentes, assim como as possíveis evoluções das conjunturas regional e internacional, a consideração de algumas das hipóteses de emprego abaixo poderiam ser objeto de reflexão mais aprofundada, quer pelos estrategistas do futuro Ministério da Defesa, quer pelos estudiosos acadêmicos da matéria.

Hipótese I. Proteção da Amazônia contra a intrusão de caráter hostil por parte de atores externos estatais ou não estatais. A imensidão territorial e baixa densidade populacional dessa região, a riqueza e a fragilidade de sua biodiversidade e recursos naturais, bem como as dificuldades de uma vigilância abrangente e ocupação sustentada das áreas de fronteira, fazem da Amazônia uma área particularmente sensível. Haveria que conceber aqui uma presença militar combinada, envolvendo um efetivo monitoramento terrestre, aéreo e fluvial, com a participação de forças policiais e de fiscalização florestal, entre outras. Igualmente importante seria assegurar uma ocupação civil consistente, em moldes sustentáveis do ponto de vista ecológico, econômico e social.

Hipótese II. Proteção da faixa estratégica do Atlântico Sul por onde trafegam 95% do comércio exterior brasileiro e estão localizadas as maiores aglomerações humanas bem como as principais facilidades portuárias e produtivas do país. A intensificação, no futuro, da exploração dos recursos da plataforma continental e da zona econômica exclusiva poderá vir a dar margem a focos de tensão ou fricções com entidades estatais ou não-estatais, demandando um atento monitoramento aéreo e naval.

Hipótese III. Monitoramento cooperativo das faixas de fronteira do Centro-Oeste, Sudeste e Sul com os parceiros do Mercosul, com vistas a detectar e prevenir atividades ilícitas transfronteiriças e focos de tensão com potencial de desestabilização que afetem a soberania ou os interesses nacionais, bem como a estabilidade regional.

Hipótese IV. Participação em missões de manutenção da paz e humanitárias, seja em âmbito regional, seja extra-regional, sob a égide de organismo internacional do qual o Brasil seja membro, ou a pedido das partes envolvidas na disputa ou conflito. A participação poderia se dar quer com observadores, quer com forças de paz, ou ainda com instrutores e peritos especializados.

## CONCLUSÃO

Desde a divulgação da Política de Defesa Nacional, tem-se verificado uma ativa e proveitosa interação entre militares e civis no campo da defesa e segurança, num ambiente de maior transparência e diálogo franco. O debate aberto que se vem desenvolvendo tanto nos estabelecimentos militares quanto no Congresso, imprensa e academia, constitui demonstração saudável da maturidade política alcançada pelo estado e pela sociedade no trato desse importante tema. A concepção de defesa sustentável baseia-se exatamente na premissa de que, para a modernização da capacidade de defesa do país que lhe assegure atuação destacada no próximo século como ator relevante da nova ordem internacional emergente, é indispensável promover um modelo de desenvolvimento equilibrado que atenda aos anseios de toda a nação. Como reconhece a Política de Defesa Nacional, tal modelo compreende o fortalecimento da democracia, a redução das desigualdades sociais e desequilíbrios regionais, assim como uma moldura de defesa preventiva e dissuasória compatível com a estatura política, econômica e social do Brasil.

## NOTAS

1 A única exceção foram os ataques de submarinos do Eixo contra navios mercantes nacionais, que determinaram a entrada do país na Segunda Guerra do lado dos Aliados.

2 Revista da Escola Superior de Guerra, vol.12, no.34, 1997.

3 Orçamento Nacional do Brasil, Ministério do Planejamento e Orçamento, [www.seplan.gov.br/sof.orc97](http://www.seplan.gov.br/sof.orc97).

4 Houve uma tentativa de se estabelecer um Ministério das Forças Armadas na década de 60, mas a proposta encontrou muitas resistências setoriais, e não prosperou.

5 Política de Defesa Nacional, Presidência da República, Imprensa Nacional, Brasília 1996.

6 Política de Defesa Nacional, para 1.5, pp.6 e 7.

7 Ibid., para.4.2 e 4.3, p.8

8 Ibid., para.2.10, p.6

9 Ibid., para.3.3, p.7

10 Ibid., para.4.2, p.8

11 Ibid., para.5.1, pp.9 – 11

12 As hipóteses de emprego delineadas neste artigo não são necessariamente idênticas àquelas consideradas na nova Estratégia Militar Brasileira.

13 Ibid., para.1.6, p.4

## RESUMO

O presente trabalho mostra que em toda sua existência, foram relativamente poucas as ocasiões em que o Brasil teve de enfrentar um conflito de grandes proporções e, nos últimos 130 anos, quase não sofreu agressão externa alguma. Internamente, o Brasil está vivendo uma fase sem precedentes de consolidação democrática e reconstrução econômica. Com o êxito do plano de estabilização introduzido em 1994, o Brasil está em condições, pela primeira vez em décadas, de pensar e discutir políticas de desenvolvimento de longo prazo num ambiente democrático. Essas tendências políticas e econômicas positivas, quer em termos nacionais ou regionais, foram relevantes para a moldagem da Política de Defesa Nacional divulgada em novembro de 1996. A normalização do relacionamento entre civis e militares no contexto de uma sociedade plenamente democrática e o aprofundamento da integração econômica com os países vizinhos proporcionaram ao País uma oportunidade ímpar para a consolidação da paz, confiança e cooperação em âmbito hemisférico.

## ABSTRACT

This paper shows that Brazil has faced few large military challenges since 1500 and for the last 13 decades no significant external aggression has been registered. The country is experiencing a period of unprecedented democratic consolidation and economic construction. Success of the stabilization plan implemented since 1994 has created conditions to exercise prospective conceptions within a democratic framework. Such positive economic and political tendencies, either at national or regional levels, were relevant to design a National Defence Policy, as it was published in November, 1996. Normalization of civilian/military relationship in the context of a democratic society and closer economic integration with neighbour countries has given to Brazil a chance to consolidating peace, confidence building and cooperation in the hemisphere.

## O AUTOR

Edmundo Sussumu Fujita. Diplomata, Ministro de Segunda Classe atualmente é Subsecretário de Análise e Avaliação da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Bacharel em Direito pela USP, Pesquisador Visitante na Universidade de Tóquio e Mestre em Política pela London School of Economics and Political Science (LSE). Foi também Pesquisador Visitante do United Nations Institute for Disarmament Research.